

# ANÁLISE DA EFICÁCIA, EFICIÊNCIA E MORTALIDADE EMPRESARIAL<sup>1</sup>

*Maria Manuel Serrano, Paulo Neto e Anabela Santos*

Resumo Este artigo analisa a eficácia e a eficiência do Programa Leader + e a mortalidade das empresas que beneficiaram de apoio financeiro no âmbito desta política pública, nas regiões Norte e Alentejo, no período de 2000 a 2006. A análise da eficácia e da eficiência incide sobre a totalidade dos projetos de investimento financiados e o estudo da mortalidade empresarial inclui apenas as empresas do sector privado, com atividade e/ou sede nas regiões citadas, que beneficiaram de financiamento. A avaliação da eficácia e da eficiência sustentou-se em indicadores de realização, indicadores de resultado e no rácio input-output. A sustentabilidade da política pública foi avaliada com base na taxa de mortalidade das empresas e no estudo da relação entre a mortalidade empresarial e as variáveis região de pertença, atividade da empresa e número de sócios. O estudo permitiu encontrar diferenças entre as duas regiões ao nível da eficácia e da eficiência da política pública, bem como ao nível da mortalidade empresarial.

Palavras-chave Eficácia, Eficiência, Mortalidade Empresarial, Política Pública

## **Introdução**

O programa Leader +, enquanto exemplo de política pública *place-based*, teve como principal objetivo incentivar e apoiar os agentes rurais a refletir sobre o potencial dos seus territórios, numa perspetiva de longo prazo, e a aplicar estratégias originais de desenvolvimento sustentável integradas (JOC, 2000).

Este artigo propõe-se analisar a eficácia e a eficiência da política pública e a sustentabilidade das empresas financiadas por esta iniciativa comunitária. A análise da eficácia e da eficiência incidu sobre os 2931 projetos de investimento financiados pelos 22 gabinetes de ação local das regiões Norte e Alentejo. A apreciação da sustentabilidade dos resultados foi feita com base na taxa de mortalidade das empresas apoiadas financeiramente e com atividade e/ou sede nas mesmas regiões.

O artigo estrutura-se em quatro tópicos: i) *enquadramento teórico-conceitual* – aborda-se sinteticamente a temática das políticas públicas *place-based*, apresenta-se o Leader + como exemplo desse tipo de política pública e definem-se os conceitos de eficácia, eficiência e sustentabilidade; ii) *metodologia* – apresenta-se a metodologia utilizada, bem como os procedimentos metodológicos seguidos, para o estudo da eficiência, da eficácia e da mortalidade empresarial; iii) *análise dos resultados* – apresentam-se os resultados sobre a eficácia e a eficiência da política, com base em

---

<sup>1</sup> Este artigo é uma versão revista e aprofundada do paper apresentado pelos autores no First International Meeting of Industrial Sociology, Sociology of Organizations and Work e publicado nas respectivas atas do encontro Serrano, Neto e Santos (2015: 136-148), o qual resultou de uma síntese de trabalhos anteriormente elaborados pelos mesmos, nomeadamente: Santos, Serrano e Neto (2013: 4303-4322); Neto, Santos e Serrano (2014: 406-435); Serrano, Santos e Neto (2014: 131-141) e Santos, Serrano e Neto (2015: 33-48).

Os autores agradecem a Rui Veríssimo Batista, Chefe do Projeto PIC Leader +, pelos contributos e informação disponibilizada.

indicadores de realização (*output*) e indicadores de resultado (*outcome*) e no rácio *input-output*. A avaliação da sustentabilidade da política fez-se com base na análise das taxas de mortalidade das empresas apoiadas financeiramente pelo Leader +, também numa perspetiva comparativa entre Norte e Alentejo); iv) *conclusões* – põem em evidência algumas diferenças entre as regiões Norte e Alentejo, no que respeita à eficácia e à eficiência da política pública e no que concerne à mortalidade empresarial.

## 1. Enquadramento teórico-conceitual

### 1.1. Políticas públicas *place-based*

As políticas públicas *place-based* assentam num modelo de governação territorial, em que o poder de decisão é descentralizado nos atores locais e o plano de ação é delineado com base nas potencialidades e necessidades de um território, com uma identidade geográfica definida (Reimer; Markey, 2008). Pretende-se que esta descentralização reforce a eficácia e a eficiência do sector público, comparativamente às políticas públicas definidas ao nível nacional (Berthet, 2008: 134). Contudo, um dos desafios da execução das políticas territoriais é a definição de unidades territoriais uniformes e a mobilização de diversos atores em torno de um projeto coletivo comum, numa sociedade marcada essencialmente pelo individualismo (Lazarev, 2009: 204).

Segundo Barca, McCann e Rodriguez-Pose (2012), o sucesso da implementação de políticas *place-based* depende da capacidade de assegurar que os estímulos aos comportamentos de todos os parceiros estejam alinhados em torno do mesmo objetivo. Neste contexto, exige-se uma forte articulação entre os conceitos *place-based* e *people-based* para implementar políticas que conduzam ao desenvolvimento regional (Barca e outros, 2012: 149).

A abordagem *place-based* constitui a espinha dorsal da política de coesão para o período 2014-2020, sendo as Estratégias de Investigação e Inovação Nacionais/Regionais para a Especialização Inteligente (RIS3) um requisito *ex-ante* para o acesso aos fundos estruturais, para cada Estado-membro. Estes instrumentos de orientação estratégica defendem que os territórios deverão dar prioridade aos recursos endógenos, aos setores de atividade e/ou tecnologias nos quais possuem uma vantagem comparativa e potencial para alavancarem atividades inovadoras (Foray, Goddard, Beldarrain, Landabaso, McCann, Morgan, Nauwelaers e Ortega-Argilés, 2012). O objetivo primordial desta iniciativa é potenciar a inovação em sentido lato, ou seja, não apenas no domínio da investigação, mas também no fomento de novos modelos de negócios ou organizacionais. O conceito RIS3 foi desenvolvido com base nas aprendizagens oriundas de anteriores Estratégias Regionais de Inovação Europeias, cujas avaliações evidenciaram algumas limitações em termos de resultados e de eficácia (Foray e outros, 2012: 10-12).

Com este estudo procurou-se dar continuidade às investigações realizadas sobre esta temática, mediante a análise da eficácia e da eficiência de um dos exemplos mais conhecido de políticas *place-based*: o Programa de Iniciativa Comunitária Leader. Quando surge em 1991, o Programa Leader vem defender princípios distintos dos sustentados pelas teorias clássicas: uma abordagem *bottom-up*, em vez da abordagem tradicional *top-down* e um enfoque territorial, em oposição ao enfoque sectorial,

conferindo-lhe a capacidade de abordar a problemática do desenvolvimento rural com base num método inovador (Santos, 2012: 21).

Na altura, defendia-se que a criação de condições para o aparecimento de novas atividades complementares (ou não) ao setor agrícola serviria de alavanca para o aparecimento de oportunidades de emprego alternativas e de outras fontes de rendimentos, com vista a melhorar a qualidade de vida no meio rural (Champetier, 2003). Para a concretização destes objetivos, o sector privado, o sector público e o terceiro sector, foram convidados a participar na elaboração dos programas locais (Lazarev, 2009: 191). Estas parcerias deram origem à constituição dos Grupos de Ação Local (GAL), entidades responsáveis pela definição, organização e implementação da Estratégia Local de Desenvolvimento (ELD) e pela seleção dos projetos a serem financiados (CE, 2006: 10-15). A diversidade das zonas rurais e a autonomia dos GAL, na transposição dos objetivos globais ao nível local, originou o aparecimento de ELD na mesma proporção e número que estas entidades. Na União Europeia, ao longo das três primeiras iniciativas do Programa Leader, que decorreram de 1991 a 2006<sup>2</sup>, a sua área de intervenção passou de 367.000Km para 1.577.386Km e o número de GAL a atuar nessas zonas aumentou de 217 para 893 (CE, 2006: 7). Em Portugal, o Leader I deu origem à constituição de 20 GAL, dois dos quais localizados na região Alentejo. Com o Leader +, Portugal passou a contar com a presença de 52 GAL, o Alentejo com 8 (Barrocas, 2008) e o Norte com 14.

Apesar dos GAL terem autonomia para definirem as orientações da EDL, em função das prioridades e potencialidades que identificassem para o território, os resultados finais teriam de convergir para os objetivos gerais definidos a nível comunitário para o Programa Leader, no Parecer CE n.º 91/C (CES, 1991), nomeadamente: i) atenuar a desertificação humana e o envelhecimento populacional; ii) diversificar o tecido empresarial; iii) valorizar e promover os recursos endógenos do território; iv) estimular iniciativas e projetos inovadores; v) desenvolver competências, mediante a formação e qualificação dos recursos humanos ou vi) fomentar a preservação do meio ambiente.

### *1.2. Eficácia, eficiência e mortalidade empresarial*

A análise da eficácia e da eficiência das políticas públicas baseia-se frequentemente na apreciação das relações existentes entre três elementos: i) *inputs* – recursos monetários e não monetários canalizados para a implementação e execução de uma política ou programa; ii) *outputs* - realizações materiais e/ou imateriais; iii) *outcomes* - os resultados ou efeitos gerados na economia ou no território (CE, 2008; Vollet e Hadjab, 2008).

Neste contexto, “a análise da eficácia e eficiência está baseada na apreciação das relações existentes entre os *inputs*, *outputs* e *outcomes*” (Mandl, Dierx e Ilzkovitz, 2008: 2). A análise de eficiência verifica se os recursos mobilizados produziram os resultados, efeitos e impactos pretendidos e a análise de eficácia examina se os objetivos fixados foram alcançados (CE, 2008: 42). Quando a análise de eficiência é expressa em termos monetários, o rácio *input-output* é o indicador mais vulgarmente utilizado para medir a performance da política ou programa. A sua interpretação indica quanto foi despendido para se produzir um determinado *output* (Sapru, 2011: 33). Este indicador corresponde também, em sentido lato, à “análise custo-eficácia”, a qual tem por finalidade comparar as

---

<sup>2</sup> Leader I de 1991 a 1993, Leader II de 1994 a 1999 e Leader + de 2000 a 2006.

despesas de um programa com os resultados obtidos, para determinar, por exemplo, o custo por emprego criado (Euréval, 2010:1).

Em suma, a eficácia define-se como uma medida normativa do alcance de resultados e/ou como a capacidade de satisfazer as necessidades da sociedade através do suprimento de produtos (bens e/ou serviços). Por sua vez, a eficiência é uma medida normativa da utilização dos recursos no processo de alcance dos resultados. Estabelece uma relação técnica entre entradas (*inputs*) e saídas (*outputs*), ou seja, entre custos e benefícios. Representa a relação entre os recursos aplicados e o produto final obtido, ou seja, é a razão entre o esforço e o resultado, entre a despesa e a receita, entre o custo e o benefício (Chiavenato, 1983). Neste trabalho, foram considerados como *inputs* os recursos financeiros utilizados na implementação do Leader e como *outputs* o investimento realizado ao abrigo deste Programa nas regiões Norte e Alentejo, no período de 1991 a 2006.

A mortalidade empresarial depende da dinâmica relacional entre as organizações e o seu ambiente, a qual tem sido explorada por abordagens de cariz sociológico<sup>3</sup> e de cariz político e económico<sup>4</sup>, entre outras. A ecologia organizacional, por exemplo, procura explicar como as condições sociais, económicas e políticas afectam a quantidade e a diversidade de organizações e a forma como estas evoluem ao longo do tempo. Mais especificamente, a teoria ecológica alicerça a investigação sobre as taxas de nascimento e de mortalidade das organizações em três tipos de processos (Baum, 1996):

i) O *processo demográfico* centra-se na predominância da visão da dependência da idade (*liability of newness*), segundo a qual as organizações mais jovens tendem a apresentar taxas de mortalidade superiores. A maior vulnerabilidade das organizações mais jovens deve-se ao fato de estas estarem sujeitas a processos de aprendizagem (e/ou de criação) de novas regras e rotinas, num momento em que os seus recursos organizacionais ainda são escassos. Acresce ainda que as organizações mais jovens têm menor capacidade de influência, de negociação e de estabelecer relações estáveis com entidades externas e menor legitimidade (*legitimacy*) Carroll e Hannan (2003). Associada à dependência da idade está a dependência da dimensão (*liability of smallness*). A variável dimensão actua positivamente na legitimidade e na resistência organizacional às variações ambientais, tornando-as menos vulneráveis ao risco de morte (Hannan e Freeman, 1977), na medida em que as grandes organizações são vistas pelos *stakeholders* como sinónimo de sucesso e como indicador de independência futura (Baum, 1996).

ii) O *processo ecológico* (Hannan e Freeman, 1977) centra-se em dois aspetos da variação ambiental para explicar a prevalência relativa das organizações especialistas e generalistas: a variabilidade (*variability*) do ambiente e a periodicidade da variação (*grain*). As organizações generalistas tendem a ser mais bem sucedidas em ambientais instáveis, enquanto as empresas especializadas têm mais hipóteses de sobreviver em ambientais estáveis e cíclicos (Clegg, 1998). Carroll e Hannan (2003) introduzem ainda a variável densidade populacional (*population density*) como variável ambiental chave, no processo de evolução organizacional a longo prazo. À semelhança das espécies naturais, as organizações superam várias etapas de desenvolvimento e lutam por um espaço.

---

<sup>3</sup> E.g. A teoria institucional (DiMaggio e Powell, 1983) ou a ecologia organizacional (Carroll e Hannan, 2003).

<sup>4</sup> E.g. A teoria da dependência de recursos (Pfeffer e Salancik, 1978), a teoria da agência (Coase, 1937; Jensen e Meckling, 1976) ou a teoria dos custos de transação (Williamson, 1981).

Quando os “nichos ecológicos” ficam saturados tendem a aumentar os índices de mortalidade e o esvaziamento dos nichos permite a sobrevivência das organizações com maior capacidade de adaptação às condições ambientais, sendo que o crescimento da população de organizações é limitado pela capacidade de suporte do ambiente (Clegg, 1998).

iii) O *processo ambiental* inclui a mudança institucional e a evolução tecnológica, permitindo estabelecer um ponto de interceção entre as perspectivas ecológica e institucional (DiMaggio e Powell, 1983). A principal convergência entre estas abordagens reside em questionar como as variáveis do ambiente institucional – *e.g.* a turbulência política, a regulamentação governamental ou as ligações institucionais (Baum, 1996) - influenciam a dinâmica populacional. No âmbito da perspectiva institucional, o conceito central para a discussão é o conceito de legitimidade. Se é certo que as organizações estão sujeitas a regras e a crenças institucionalizadas - às quais se devem conformar pois, do conformismo aos constrangimentos normativos depende a sua legitimidade<sup>5</sup> - é igualmente verídico que as organizações ganham legitimidade quando os atores de relevo as reconhecem como a forma natural de empreender uma acção colectiva - *constitutive legitimation* (Meyer e Rowan, 1977). Por sua vez, a inovação tecnológica pode influenciar profundamente as populações organizacionais porque tem potencial para mudar os mercados, alterar a importância relativa dos recursos, desafiar as capacidades de aprendizagem organizacional, alterar a natureza da competição (Cohen e Levinthal, 1990; Tushman e Anderson, 1986 apud Baum, 1996) e estimular o nascimento de novas organizações.

Em suma, a análise ecológica estuda populações de organizações e procura explicar como as condições ambientais possibilitam, ou impossibilitam, certas formas de vida organizacional. À semelhança das abordagens de carácter mais economicista, o corpo teórico da ecologia da população é movido pela pressão competitiva (Clegg, 1998)<sup>6</sup>.

A sobrevivência e a mortalidade das empresas, podem ser estudadas sob vários ângulos e diversas perspectivas analíticas. O enfoque da análise pode incidir sobre as condições de criação das empresas e sobre o modo como tais condições afectam o seu processo de desenvolvimento e de sobrevivência, bem como a evolução futura das empresas. Nesta perspectiva inserem-se, entre outros, os estudos de Geroski, Mata e Portugal (2003); Romanelli (1989); Sharma e Kesner (1996); Bamford, Dean e McDougall (1999); Henderson (1999); Fazzari, Hubbard e Petersen (1988) e Bartelsman, Scarpetta e Schivardi (2003), os quais identificam como factores iniciais mais decisivos para a sobrevivência das novas empresas, os seguintes: i) capacidade de acesso ao mercado; ii) capacidade para competir com empresas já instaladas<sup>7</sup>; iii) assimetrias no acesso à informação; iv) dificuldades acrescidas de acesso ao crédito.

Outro conjunto de estudos centra-se na análise da influência de determinados factores na sobrevivência ou mortalidade das empresas, como por exemplo: i) factores ambientais ou culturais específicos (*e.g.* personalidade dos fundadores ou opções estratégicas iniciais) (Kimberly, 1979; Hanna, 1998; Audia, Locke e Smith, 2000; Farinha, 2005); ii) condições

---

<sup>5</sup> Neste sentido, a definição da legitimação social das organizações aproxima-se do conceito de isomorfismo coercivo (DiMaggio e Powell, 1983).

<sup>6</sup> Neste grupo integra-se também a teoria do controlo externo de Pfeffer e Salancik (1978).

<sup>7</sup> Confirmando a ideia de que o tempo de presença da empresa no mercado é um factor de diferenciação positiva.

macroeconómicas de contexto (*e.g.* as etapas mais decisivas da evolução das empresas pode coincidir com períodos recessivos ou de crescimento) (*e.g.* Highfield e Smiley, 1987); iii) factores associados à organização da indústria e dos sectores económicos (*e.g.* o modo como as especificidades de cada sector de actividade pode influenciar as condições de sobrevivências ou a mortalidade de empresas que operam em determinado sector) (*e.g.* Gort e Klepper, 1982); iv) factores inerentes à concentração ou dispersão espacial das empresas (*e.g.* Carroll e Hannan, 2003); v) dimensão das empresas e respectivas condições tecnológicas, de inovação e de internacionalização (Gibrat, 1931; Audrecht e Mahmood, 1994; Santarelli, 1998; Lennox, 1999; Giovannetti, Ricchiuti e Velucchi, 2011; Hessels e Parker, 2013; Álvarez e Vergara, 2013; Fugazza e McLaren, 2013).

Entre as variáveis identificadas com potencial para influenciar a mortalidade das empresas encontram-se ainda as seguintes: i) a atuação do empresário/práticas de gestão e as características do meio envolvente (Ferreira, Oliva, Santos, Grisi e Lima, 2012; Grapeggia, Lezana, Ortigara e Santos, 2011; Smida e Khelil, 2010); ii) condições subjacentes ao projeto de criação da empresa (Déprez, 2010); iii) a idade das empresas (Carvalho, Lopes, Reimão, 2011; Fukuda, 2012); iv) a intensidade competitiva (Agarwal, 1997); v) as características de uma região (Falck, 2007; De Silva e McComb, 2012).

Outra vertente do interesse científico por este tema incide na investigação sobre o impacto das políticas públicas nos fenómenos de sobrevivência e mortalidade das empresas apoiadas financeiramente pelo Estado. Também neste domínio têm surgido estudos e relatórios, entre os quais refira-se, a título de exemplo, o estudo da autoria de Mamede, Fernandes e Silva (2013) sobre o impacto dos incentivos financeiros (no período de 2000 a 2006, ao abrigo do POE/PRIME<sup>8</sup>) sobre a sobrevivência das empresas portuguesas apoiadas. Ou, o estudo de Cerqua e Pellegrini (2014) sobre o impacto dos apoios públicos, no qual os autores concluíram que os subsídios têm uma influência positiva sobre o emprego, o investimento e o volume de negócios. Consideram ainda que os apoios públicos podem ajudar as empresas a ultrapassarem o constrangimento de acesso ao financiamento externo (Colombo, Croce e Guerini, 2013), sendo expectável que venham a gerar um valor acrescentado e inclusivamente a aumentar a probabilidade de sobrevivência das empresas (Mamede *e outros* 2013). A mesma fonte, relativamente à variação do emprego nas empresas sobreviventes, estima o seguinte: i) as empresas apoiadas pelo POE/PRIME criaram em média (em termos líquidos) 1,4 postos de trabalho passados três anos após o início do apoio; ii) as empresas não apoiadas, e directamente comparáveis com as primeiras, perderam em média 0,7 postos de trabalho no mesmo período de tempo; iii) o montante médio de incentivo, por cada posto de trabalho adicional, foi de cerca de 55 mil euros (Mamede *e outros*, 2013).

---

<sup>8</sup> O Programa Operacional da Economia (POE), posteriormente designado Programa de Incentivos à Modernização da Economia (PRIME), foi financiado por fundos estruturais da União Europeia e integrou o Quadro Comunitário de Apoio (QCA) 2000-2006.

## 2. Metodologia

A análise da eficácia e da eficiência da política pública incide sobre os 2931 projetos de investimento financiados no âmbito do vetor 1 do Programa Leader +, mais precisamente, sobre os projetos de investimento financiados pelos 22 GAL das regiões Alentejo e Norte. Esta análise incide sobre a totalidade dos projetos do vetor 1, ou seja, sobre os projetos realizados no âmbito do setor público, do setor privado, do terceiro setor e também sobre os projetos promovidos pelos GAL.

A apreciação da sustentabilidade dos resultados alcançados com o Leader + recai apenas sobre o setor privado e mais particularmente sobre as 280 empresas, com atividade e/ou sede nas regiões Alentejo e Norte, que beneficiaram do financiamento do programa, no período de 2000 a 2006.

A eficácia e a eficiência foram avaliadas com base em indicadores de realização, indicadores de resultado e do rácio *input-output*, este último obtido pelo quociente entre os custos (*inputs*) e os resultados (*outputs*). A informação utilizada tem origem no relatório de avaliação final do Programa Leader + e em dados obtidos junto de diversas entidades<sup>9</sup>.

A sustentabilidade da política foi analisada com base na taxa de mortalidade das empresas financiadas pelo Leader +. A situação das 280 empresas perante a administração fiscal – ativas ou inativas<sup>10</sup> – foi obtida através da consulta da informação de domínio público disponível no Portal das Finanças.

Determinada a situação das 280 empresas perante a administração fiscal e identificadas as empresas ativas e as empresas inativas, prosseguiu-se para a caracterização das mesmas, com base nas seguintes variáveis: i) investimento total realizado no âmbito do Leader +; ii) idade média das empresas a 31 de dezembro de 2013, ou aquando da cessação da atividade; iii) densidade empresarial<sup>11</sup> média no concelho onde é exercida a atividade e/ou se encontra sediada a empresa; iv) atividade desenvolvida e/ou alvo de apoio, nomeadamente indústria<sup>12</sup> e serviços<sup>13</sup>; v) número de sócios da empresa<sup>14</sup>.

A metodologia utilizada para o estudo da relação entre as variáveis indicadas foi a análise estatística descritiva (*e.g.*, médias, frequências absolutas e frequências relativas) e a aplicação de testes estatísticos que permitem encontrar diferenças entre as populações (Teste U de Mann-Whitney) e que medem a intensidade e o sentido da relação entre variáveis (coeficiente de correlação de Spearman).

---

<sup>9</sup> Nomeadamente, GAL, Comissão Gestora do Leader + e Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural. Refira-se ainda que o acesso às listagens e à descrição dos projetos de investimento executados no Norte e Alentejo foi facultado pela Autoridade Gestora do PIC Leader +. Esta informação foi cruzada com a informação acessível no Portal das Finanças, no Portal das Empresas, no Portal da Justiça e em bases de dados de empresas.

<sup>10</sup> Considera-se que uma empresa se encontra inativa a partir do momento em que cessa a atividade, em termos de IVA.

<sup>11</sup> Entende-se por densidade empresarial o número médio de empresas por km<sup>2</sup> num determinado concelho. Neste estudo, utilizam-se os valores médios da densidade empresarial registados entre 2004 e 2012.

<sup>12</sup> Indústria extrativa e transformadora.

<sup>13</sup> Comércio, turismo (hotéis, restaurantes, cafés e empresas de animação turística) e atividades de serviços de apoio às empresas.

<sup>14</sup> Distinguem-se as empresas que têm um único sócio (sempre que se trate de uma sociedade unipessoal por quotas) das empresas com dois ou mais sócios.

### 3. Análise de resultados

#### 3.1. Eficácia e eficiência da política pública

Dos 22 GAL estudados, 14 situam-se na região Norte (64%) e 8 na região Alentejo (36%). Os indicadores de realização (*output*) permitem verificar que foram executados e financiados 2931 projetos de investimento, ao abrigo do vetor 1 do Leader +, no Norte e Alentejo, num valor total de 129,8 milhões de euros. A repartição dos projetos executados e do investimento realizado foi superior no Norte. Esta região recebeu 64% do investimento e 55% dos projetos executados, enquanto a expressão desses indicadores na região Alentejo foi de 36% e 45%, respetivamente.

A contribuição total da Comissão Europeia para a despesa pública foi de 65,4 milhões de euros, dos quais 40,4 milhões (62%) foram destinados à região Norte e 24,9 milhões (38%) ao Alentejo. Também a contribuição nacional para esta rubrica, da ordem dos 26,9 milhões de euros, foi bastante superior no Norte (71%). No Alentejo, ficou-se pelos 29%.

A despesa privada total foi de 33,6 milhões de euros e a sua repartição pelas regiões Norte e Alentejo foi de 19,5 milhões de euros (58%) e de 14,1 milhões de euros (42%), respetivamente.

O vetor 1 do Leader + previa a criação de 919 postos de trabalho e a manutenção de 1344 empregos e, também neste caso, a contribuição das duas regiões não só foi diferente como apresentaram um comportamento inverso. Foi o Alentejo que contribuiu de forma mais expressiva para a criação de 548 postos de trabalho (60%) e para a manutenção de 949 empregos (71%), por comparação com os valores de 317 (40%) e 395 (29%), respetivamente, da região Norte para os mesmos indicadores de realização.

A análise dos indicadores de resultado (*outcome*) mostra que no Norte cada projeto criou em média 0,2 postos de trabalho, enquanto no Alentejo foram criados em média 0,4 postos de trabalho, por projeto. O esforço financeiro necessário para a criação de cada posto de trabalho, medido em investimento realizado, foi, no Norte (222,3 milhões de euros), mais do dobro do que no Alentejo (86,4 milhões de euros). Estes dados indicam que, do ponto de vista social e do mercado de trabalho, a política foi mais eficaz – resultados *versus* objetivos – e mais eficiente – recursos *versus* objetivos – no Alentejo do que no Norte.

**Quadro 1.** Indicadores de realização e indicadores de resultado, Leader + vetor 1, Norte e Alentejo

	Norte		Alentejo		Total
<b>Número de GAL</b>	14		8		22
<b>Indicadores de realização (Output)</b>					
N.º Projetos aprovados e executados	1.623	55%	1.308	45%	2.931
Investimento realizado	82.468.252 €	64%	47.329.713 €	36%	129.797.965 €
Despesa pública					
i) Contribuição Comissão Europeia	40.417.215 €	62%	24.946.789 €	38%	65.364.003 €
ii) Contribuição nacional	19.139.735 €	71%	7.791.162 €	29%	26.930.897 €
Despesa privada	19.550.136 €	58%	14.114.784 €	42%	33.664.920 €
Postos de trabalho criados	371	40%	548	60%	919
Emprego mantido	395	29%	949	71%	1.344
<b>Indicadores de resultado (Outcome)</b>					
Emprego médio criado por projeto	0,2		0,4		0,3
Investimento por posto de trabalho criado	222.286 €		86.368 €		141.238 €
Investimento por projecto	50.812 €		36.185 €		44.285 €

Fonte: Cálculos elaborados pelos autores com base em Autoridade de Gestão do PIC Leader+ (2008).

O Alentejo apresenta-se também mais eficiente no efeito de alavanca financeiro da despesa privada (rácio *input-output* = 1,8 euro) e no acréscimo do nível de emprego (rácio *input-output* = 45,5 euros), quando os valores deste rácio para o Norte são, respetivamente 2,1 euros e 108,9 euros. A interpretação do rácio *input-output* indica que, para gerar 1 euro de despesa privada na região Norte, o cofinanciamento da Comissão Europeia foi de 2,1€, enquanto na região Alentejo o mesmo resultado – 1 euro de despesa privada – foi atingido com apenas 1,8 € euros de participação da mesma fonte. No que concerne ao emprego, o custo para a Comissão Europeia, medido pelo cofinanciamento atribuído às regiões, para alavancar um posto de trabalho adicional na região Norte foi de 108, 9 euros, enquanto na região Alentejo foram suficientes 45,5 euros.

No entanto, e tendo por base o mesmo raciocínio, pode concluir-se que a região Norte foi mais eficaz no que diz respeito ao efeito de alavanca financeiro no cofinanciamento público nacional (rácio *input-output* = 2,1 euros), uma vez que o esforço financeiro da Comissão Europeia para gerar 1 euro de cofinanciamento público nacional nessa região foi menor do que no Alentejo (rácio *input-output* = 3,2 euros ). O Norte foi também mais eficaz ao nível do investimento realizado e dos projetos financiados, uma vez que para essas categorias a região regista indicadores de realização mais elevados do que o Alentejo.

**Quadro 2.** Rácio *input-output*, Leader +, vetor 1, Norte e Alentejo

<b>Objetivos / Rácio input-output</b>	<b>Norte</b>	<b>Alentejo</b>
Objetivo 1: Efeito de alavanca financeiro na despesa privada Rácio <i>input-output</i>	2,1 €	1,8 €
Objetivo 2: Efeito de alavanca financeiro no cofinanciamento público nacional Rácio <i>input-output</i>	2,1 €	3,2 €
Objetivo 3: Acréscimo do nível de investimento Rácio <i>input-output</i>	0,5 €	0,5 €
Objetivo 4: Acréscimo do nível de emprego Rácio <i>input-output</i>	108.941 €	45.523 €

Fonte: Elaborado pelos autores com base no quadro I.

### 3.2. Mortalidade empresarial

As 280 empresas distribuem-se de forma desigual pelo Alentejo (55%) e pelo Norte (45%), sendo igualmente distinta a repartição dos projetos pelas duas regiões. Estas entidades foram responsáveis pela execução de 344 projetos de investimento, o que significa que algumas empresas beneficiaram mais de uma vez do apoio atribuído pelo Leader +. O Alentejo agrega 57% dos projetos, o que equivale a uma média de 1,3 projetos por empresa, enquanto o Norte regista cerca de 43% dos projetos financiados, o que equivale a uma média de 1,2 projetos por empresa.

No período 2002 a 2008<sup>15</sup>, o investimento total financiado foi de 20,6 milhões de euros, dos quais 53% incidiram na região Alentejo e 47%, na região Norte. Em média, tanto o valor investido por empresa, como o montante executado por projeto, foram superiores no Alentejo, em cerca de 9% e 19% respetivamente, do que os valores da região Norte.

A longevidade média da totalidade das empresas em estudo é de 14,8 anos. No entanto, as empresas alentejanas atingem uma idade média inferior (14,5 anos) à idade média das empresas situadas a norte, que chegam aos 15 anos.

A 31 de dezembro de 2013, 56 das 280 empresas já tinham cessado a atividade, o que se traduz numa taxa de mortalidade média de 20%, com maior expressão na região Alentejo. Assim, enquanto o Alentejo apresenta uma taxa de mortalidade das empresas apoiadas de 21,4%, o valor da mesma taxa para o Norte é de 18,3%.

<sup>15</sup> Ainda que o Leader + tenha decorrido entre os anos 2000 e 2006, as primeiras aprovações de candidaturas verificaram-se apenas no início de 2002. O período de aprovação dos pedidos de apoios submetidos até 31 de dezembro de 2006 prolongou-se até 2007 e o encerramento das últimas candidaturas aprovadas nesses anos (2006 e 2007) estendeu-se a de 2008.

**Quadro 3.** Informações gerais sobre as populações de empresas apoiadas no âmbito do Programa Leader +

	Alentejo		Norte		Total
<b>N.º Projectos financiados</b>	197	57.3%	147	42.7%	344
<b>Investimento total realizado</b>	10 932 040.37 €	52.9%	9 728 275.89 €	47.1%	20 660 316.26 €
<b>Compartição FEOGA</b>	4 035 967.95 €	52.8%	3 612 688.94 €	47.2%	7 648 656.89 €
<b>Compartição MADRP</b>	1 474 334.63 €	50.9%	1 423 184.86 €	49.1%	2 897 519.49 €
<b>Comparticipação Privada</b>	5 421 737.79 €	53.6%	4 692 402.09 €	46.4%	10 114 139.88 €
<b>Investimento/projecto</b>	55 492.59 €	-	66 178.75 €	-	60 059.06 €
<b>N.º Empresas</b>	154	55.0%	126	45.0%	280
<b>N.º projectos/empresa</b>	1.3	-	1.2	-	1.2
<b>Investimento/empresa</b>	70 987.28 €	-	77 208.54 €	-	73 786.84 €
<b>Idade média das empresas</b>	14,5 anos	-	15 anos	-	14,8 anos
<b>Total empresas inactivas</b>	33	58.9%	23	41.1%	56
<b>Taxa de inactividade (mortalidade)</b>	21.40%	-	18.30%	-	20.00%

Fonte: Elaborado pelos autores com base em informação da Autoridade de Gestão do PIC Leader+ (2008); <https://www.portaldasfinancas.gov.pt>; <http://www.portaldaempresa.pt>; <http://publicacoes.mj.pt> e <http://www.linkb2b.pt>

O estudo da relação entre as variáveis *status* das empresas (ativa/inativa) e a região (Alentejo/Norte) aponta para a inexistência de associação entre estas as duas variáveis. Mais especificamente, a taxa de mortalidade das empresas parece não depender da localização territorial das mesmas, pois os coeficientes de correlação de Spearman não são significativos, nem ao nível de 10%.

**Quadro 4.** *Status das empresas \* Região de pertença*

		Região				Total	
		Alentejo		Norte			
Status das empresas	Activa	121	78.6%	103	81.7%	224	80.0%
	Inactiva	33	21.4%	23	18.3%	56	20.0%
	Total	154	55.0%	126	45.0%	280	100.0%
Correlação de Spearman		Valor	Sign.				
		-0.039	0.511				

Fonte: Elaborado pelos autores com base em informação da Autoridade de Gestão do PIC Leader+ (2008); <https://www.portaldasfinancas.gov.pt>; <http://www.portaldaempresa.pt>; <http://publicacoes.mj.pt> e <http://www.linkb2b.pt>

A análise da relação entre a variável *status* das empresas (ativa/inativa) e a atividade exercida pelas empresas (indústria/serviços) mostra que, também neste caso, os valores da mortalidade empresarial não parecem associar-se ao tipo de atividade que as empresas exercem, considerando que o coeficiente de correlação de Spearman não se revelou significativo.

**Quadro 5.** *Status das empresas \* Actividade das empresas*

		Actividade				Total	
		Indústria		Serviços			
Status das empresas	Activa	60	81.1%	164	79.6%	224	80.0%
	Inactiva	14	18.9%	42	20.4%	56	20.0%
	Total	74	26.4%	206	73.6%	280	100.0%
Correlação de Spearman		Valor	Sign.				
		0.016	0.787				

Fonte: Elaborado pelos autores com base em informação da Autoridade de Gestão do PIC Leader+ (2008); <https://www.portaldasfinancas.gov.pt>; <http://www.portaldaempresa.pt>; <http://publicacoes.mj.pt> e <http://www.linkb2b.pt>

Verifica-se a existência de uma correlação negativa, embora fraca, entre a variável *status* das empresas (ativa/inativa) e o número de sócios (um sócio/dois ou mais sócios), ao nível de significância de 10%. Isto poderá significar que as taxas de mortalidade mais elevadas se verificam nas empresas que possuem menor número de sócios envolvidos no processo de gestão da empresa, podendo também indiciar que se trata de empresas de menor dimensão.

**Quadro 6.** *Status da empresa \* Número de Sócios*

		Número de Sócios				Total	
		1 único sócio		2 ou mais sócios			
Status das empresas	Activa	29	69.0%	195	81.9%	224	80.0%
	Inactiva	13	31.0%	43	18.1%	56	20.0%
	Total	42	15.0%	238	85.0%	280	100.0%
Correlação de Spearman		Valor		Sign.			
		-0.115		0.055			

Fonte: Elaborado pelos autores com base em informação da Autoridade de Gestão do PIC Leader+ (2008); <https://www.portaldasfinancas.gov.pt>; <http://www.portaldaempresa.pt>; <http://publicacoes.mj.pt> e <http://www.linkb2b.pt>

O resultado do teste U de Mann-Whitney, que tem por objetivo testar a independência entre duas variáveis, mostra que a variável *status* das empresas (ativa/inativa) difere em função das variáveis idade da empresa e investimento realizado, mas não difere em função da densidade empresarial concelhia.

**Quadro 7.** Resultados do Teste U de Mann-Witney

Hipótese nula ( $H_0$ )	Teste	Sig.	Decisão
A distribuição da Idade é idêntica nas categorias de Status	Teste U de Mann-Witney	0.000	Rejeitamos a hipótese nula
A distribuição da Densidade Empresarial é idêntica nas categorias de Status	Teste U de Mann-Witney	0.263	Não rejeitamos a hipótese nula
A distribuição do Investimento Total é idêntica nas categorias de Status	Teste U de Mann-Witney	0.019	Rejeitamos a hipótese nula

Fonte: Elaborado pelos autores com base em informação da Autoridade de Gestão do PIC Leader+ (2008); <https://www.portaldasfinancas.gov.pt>; <http://www.portaldaempresa.pt>; <http://publicacoes.mj.pt> e <http://www.linkb2b.pt>

Por sua vez, a interpretação do coeficiente de correlação de Spearman aponta para a existência de uma correlação negativa entre as variáveis *status* e idade das empresas, assim como entre as variáveis *status* e o investimento realizado. Assim sendo, pode depreender-se que as taxas de mortalidade empresarial mais elevadas se relacionam com a menor idade das empresas e com valores mais reduzidos de investimento.

**Quadro 8.** Resultados coeficiente de correlação de *Spearman*

		Status	Idade	Dens_Emp	Investimento
<b>Status</b>	Coef. Correlação	1	-0.247***	-0.067	-0.14 **
	Sign. (bilateral)	.	0.000	0.265	0.019
<b>Idade</b>	Coef. Correlação	-0.247***	1	0.162***	0.096
	Sign. (bilateral)	0.000	.	0.007	0.107
<b>Dens_Emp</b>	Coef. Correlação	-0.067	0.162***	1	-0.087
	Sign. (bilateral)	0.265	0.007	.	0.147
<b>Investimento</b>	Coef. Correlação	-0.14**	0.096	-0.087	1
	Sign. (bilateral)	0.019	0.107	0.147	.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em informação da Autoridade de Gestão do PIC Leader+ (2008); <https://www.portaldasfinancas.gov.pt>; <http://www.portaldaempresa.pt>; <http://publicacoes.mj.pt> e <http://www.linkb2b.pt>

Legenda: \*\*\* significativo ao nível de 1%; \*\* significativo ao nível de 5%; \* significativo ao nível de 10%.

#### 4. Conclusões

A análise comparativa da eficácia e da eficiência do vetor 1 do Leader +, no Norte e no Alentejo, revelou diferenças de desempenho entre as duas regiões. No total dos 22 GAL estudados, 14 localizam-se na região Norte e 8 na região Alentejo, sendo que na primeira cabe a maioria dos projetos (55%) e na segunda, 45% dos 2931 projetos aprovados e executados.

Os indicadores de realização (*output*) apresentam-se invariavelmente superiores na região Norte. Porém, no que concerne aos postos de trabalho e à manutenção do emprego, o comportamento dos indicadores é inverso, ou seja, é no Alentejo que se verifica maior criação de postos de trabalho (60%) e maior capacidade de manter o emprego (71%), logo o Alentejo foi mais eficaz e mais eficiente do que a região Norte nesses domínios.

No âmbito da despesa pública, verifica-se que a eficiência do cofinanciamento da Comissão Europeia foi superior no Alentejo, nomeadamente no que respeita ao efeito de alavanca financeira da despesa privada e do acréscimo do nível de emprego. Porém, o efeito de alavanca financeira no cofinanciamento público nacional foi mais eficiente no Norte, tendo esta também registado uma maior eficácia no volume do investimento realizado e no número de projetos financiados.

No que concerne aos valores da mortalidade empresarial, no período 2000 a 2006, das empresas que beneficiaram de apoio financeiro do Programa Leader + verifica-se que o Alentejo apresenta uma maior proporção de empresas (55%), de projetos financiados (57%) e de investimento do que o Norte. Porém, quando a análise recai sobre a taxa de mortalidade das empresas, a situação inverte-se, ou seja, o Alentejo apresenta uma situação menos favorável, com uma taxa de mortalidade empresarial (21,4%) superior e

com as empresas a morrer em idade mais jovem (14,5 anos) do que no Norte, em que a expressão numérica das mesmas variáveis é de 18,3% e 15 anos, respetivamente.

Parece não existir uma relação direta entre a taxa de mortalidade das empresas, a sua localização geográfica (Alentejo/Norte) e a atividade desenvolvida (indústria/serviços). Porém, o mesmo não se verifica na relação entre a taxa de mortalidade das empresas e o número de sócios que as empresas possuem. Neste caso, verifica-se uma correlação negativa entre as variáveis, podendo esta indicar que a taxa de mortalidade tende a ser menor quanto menor for o número de sócios das empresas.

No que respeita ao estudo das diferenças entre populações, conclui-se que estas diferem em função da idade das empresas e do investimento nelas realizado, mas não em função da densidade empresarial do concelho onde se localizam.

Em suma, parece haver indícios de que a taxa de mortalidade empresarial está maioritariamente associada a fatores endógenos às próprias empresas e nem tanto a fatores exógenos. Como foi demonstrado, a localização das empresas na região Alentejo ou na região Norte, bem como a densidade empresarial do concelho em que desenvolvem a sua atividade, não estão relacionados com a variável *status* da empresa (ativa/inativa), ou seja, parecem não influenciar a taxa de mortalidade empresarial. Porém, fatores internos, como a idade da empresa, o investimento realizado ou as práticas dos órgãos de gestão (*e.g.*, o número de sócios a intervir no capital social e na gestão diária da empresa ou o investimento a ser realizado) parecem ter uma maior influência sobre a mortalidade das empresas, uma vez que essas variáveis apresentaram correlação negativa com o *status* das empresas estudadas.

## 5. Bibliografia

- Agarwal, R. (1997), "Survival of Firms over the Product Life Cycle", *Southern Economic Journal*, 63 (3), pp. 571-584.
- Álvarez, R. & Vergara, S. (2013), "Trade exposure, survival and growth of small and medium size firms", *International Journal of Economic and Finance*, 25, pp. 185-201.
- Audia, P.; Locke, E. & Smith, K. (2000), "The paradox of success: An archival and laboratory study of strategic persistence following radical environmental change", *Academy of Management Journal*, 43, pp. 837-853.
- Audretsch, D. & Mahmood, T. (1994), "The rate of hazard confronting new firms and plants in US manufacturing", *Review of Industrial Organization*, 9, pp. 41-56.
- Autoridade de Gestão do PIC Leader+ (2008), "Listagem dos projectos aprovados", Lisboa.
- Bamford, C; Dean, T & McDougall, P. (1999), "An examination of the impact of founding conditions and decisions upon the performance of new banks start-ups", *Journal of Business Venturing*, 15, pp. 253-277.
- Barca, F.; McCann, P. & Rodriguez-Pose, A. (2012), "The Case for Regional Development Intervention: place-based *versus* place neutral approaches", *Journal of Regional Science*, 52 (1), pp. 134-152.
- Barrocas, C. (2008), *15 Anos do Programa Leader no Alentejo: Avaliação de Impactos*, Beja: Ideia Alentejo – Associação para a Inovação e Desenvolvimento Integrado do Alentejo.
- Bartelsman, E.; Scarpetta, S. & Schivardi, F. (2003), "Comparative analysis of firms demographics and survival: micro-level evidence for the OECD countries", OECD Economics Department Working Paper 348, Paris: OECD.
- Base de dados de empresas: <http://www.linkb2b.pt>

- Baum, J. A. C. (1996), *Organizational Ecology*. In S. R. Clegg; C. Hardy & W. Nord (Ed.), *Handbook of Organizations Studies* (pp. 77-114). London: Sage.
- Berthet, T. (2008), “Les enjeux de l'évaluation territoriale des politiques publiques”, *Informations Sociales*, 150 (6), pp. 130-139.
- Carroll, G. R. & Hannan, T. M. (2003), *Density-Dependent Process*. In M. J. Handel (Ed.), *The Sociology of Organizations* (pp. 254-261), London: Sage Publications.
- Carvalho, J.; Lopes, J. & Reimão, C. (2011), *Inovação, Decisão e Ética*, Lisboa: Edições Sílabo.
- Cerqua, A. & Pellegrini, G. (2014), “Do subsidies to private capital boost firms' growth? A multiple regression discontinuity design approach”, *Journal of Public Economics*, 109, pp.114-126.
- Champetier, Y. (2003), “L'Europe et le développement rural” *Projet*, 274 (2), pp. 59-67.
- Chiavenato, I. (1983), *Introdução à Teoria Geral da Administração*, 3ª Ed., São Paulo: McGraw-Hill.
- Clegg, S. R. (1998), *As Organizações Modernas*. Oeiras: Celta Editora.
- Coase, R. (1937), *The Nature of the Firm*. In G. J. Stigler & K. E. Boulding (Ed.) *Readings in Price Theory*, (pp. 386-405). Homewood: Irwin.
- Colombo, M. G.; Croce, A.; Guerini, M. (2013), “The effect of public subsidies on firms' investment–cash flow sensitivity: Transient or persistent?”, *Research Policy*, 42(9), pp. 1605-1623.
- Comissão Europeia (2006), *A Abordagem Leader – Um guia básico*. Bélgica: Comissão Europeia.
- Comissão Europeia (2008), *Evalsed, the resource for the Evaluation of socio-economic development – guide*, Luxemburgo: Directorate-General for Regional Policy.
- CTOC (2009), “IRC – Dissolução e Liquidação, Consultório Técnico”, *Revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas*, n.º 111, Ano X, Junho 2009, pp. 61- 62.
- De Silva, D. G. & McComb, R. P. (2012), “Geographic concentration and high tech firm survival”, *Regional Science and Urban Economics*, 42 (4), pp. 691-701.
- Déprez, S. (2010), *Nouvelles entreprises, cinq ans après: plus d'une sur deux est toujours active en 2007*, INSEE Premiere, n.º 1274, Paris.
- DiMaggio, J. P. & Powell, W. W. (1983), *The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields*. *American Sociological Review*. 48, pp. 147-160.
- Euréal, Centre Européen d'Expertise et d'Evaluation. *L'Analyse coût-efficacité*, fiche technique, France. Disponível em [http://www.eureval.fr/IMG/File/FT\\_ACE.pdf](http://www.eureval.fr/IMG/File/FT_ACE.pdf) (acesso em: 25 Julho 2013).
- Falck, O. (2007), “Survival chances of new businesses: do regional conditions matter?”, *Applied economics*, 39 (16), pp. 2039 -2048.
- Farinha, L. (2005), “The survival of new firms: impact of idiosyncratic and environmental factors”. *Financial Stability Report*. Lisboa: Banco de Portugal.
- Fazzari, S; Hubbard, R; Petersen, B. (1988), “Financing constraints and cooperate investment”. *Brookings Papers on Economic Activity*, 1, pp. 141-206.
- Ferreira, L.; Oliva, F.; Santos, S.; Grisi, C. & Lima, A. (2012), “Análise quantitativa sobre a mortalidade precoce de micro e pequenas empresas da cidade de São Paulo”, *Gestão & Produção*, 19 (4), pp. 811 – 823.
- Foray, D.; Goddard, J.; Beldarrain, X. G.; Landabaso, M.; McCann, P.; Morgan, K.; Nauwelaers, C. & Ortega-Argilés, R. (2012), *Guide to Research and Innovation Strategies for Smart Specialisation (RIS 3)*, European Union, Regional Policy. Disponível em <http://s3platform.jrc.ec.europa.eu/s3pguide> (acesso em: 5 Agosto 2013).
- Fugazza, M. & McLaren, A. (2013), “Market access, export performance and survival: Evidence from Peruvian firms”. *Policy Issues in International Trade and Commodities*, Study Series 58, New York: United Nations.
- Fukuda, K. (2012), “A simple method for age–period–cohort decomposition of firm survival data”, *Applied Mathematics and Computation*, 219 (2), pp. 741-747.

- Geroski, P. A.; Mata, J. & Portugal, P. (2003), "Founding conditions and the survival of new firms". Economic Research Department Working Paper 1/03, January, Lisbon: Banco de Portugal.
- Gibrat, R. (1931). *Les inégalités économiques. Applications: aux inégalités des richesses, à la concentration des entreprises, aux populations des villes, aux statistiques des familles, etc, d'une Loi Nouvelle*. Paris: Librairie du Recueil Sirey.
- Giovannetti, G.; Ricchiuti, G & Velucchi, M. (2011), "Size, innovation and internationalization: A survival Analysis of Italian firms". *Applied Economics*, 43, pp. 1511-1520.
- Gort, M. & Klepper, S. (1982), "Time path in the diffusion of product innovations". *Economic Journal*, 92, pp. 630-653.
- Grapeggia, M.; Lezana, A.; Ortigara, A. & Santos, P. (2011), "Fatores condicionantes de sucesso e/ou mortalidade de micro e pequenas empresas em Santa Catarina", *Produção*, 21 (3), pp. 444-455.
- Hannan, M. (1998), "Rethinking age dependence in organizational mortality: Logical formalizations". *American Journal of Sociology*, 104, pp. 126-164.
- Hannan, M. T. & Freeman, J. H. (1977), "The Population Ecology of Organizations", *American Journal of Sociology*, 82, pp. 929-964.
- Henderson, A. (1999), "Firm strategy and age dependence: A contingent view of the liabilities of newness, adolescence and obsolescence". *Administrative Science Quarterly*, 44, pp. 281-314.
- Hessels, J. & Parker, S. (2013), "Constraints, internationalization and growth: A cross-country analysis of European SMEs". *Journal of World Business*, 48, pp. 137-148.
- Highfield, R. & Smiley, R. (1987), "New business starts and economics activities". *International Journal of Industrial Organization*, 5, pp. 51-66.
- Jensen, M. C. & Meckling, W. H. (1976), "Theory of the Firm: Managerial Behavior, Agency Costs and Ownership Structure". *Journal of Financial Economics*, vol. 3, pp. 305-360.
- Jornal Oficial das Comunidades Europeias (2000), "Comunicação da Comissão aos Estados-Membros, de 14 de Abril de 2000 que estabelece as orientações relativas à iniciativa comunitária de desenvolvimento rural (Leader +). C 139, de 18/05/2000, pp 5-13.
- Kimberly, J. (1979), "Issues in the creation of organizations: Initiation, innovation and institutionalization". *Academy of Management Journal*, 22, pp. 437-457.
- Lazarev, G. (2009), "Promouvoir le développement des territoires ruraux", *MediTERRA 2009*, Presses de Sciences Po Annuels, CIHEAM et Plan Bleu, pp. 183-210.
- Lennox, C. (1999), "Identifying failing companies: A reevaluation of the logit, probit and DA approaches". *Journal of Economics and Business*, 51, pp. 347-364.
- Mamede, R.; Fernandes, T. & Silva, A. A. (2013), Análise contrafactual dos impactos dos incentivos do POE/PRIME na sobrevivência e no crescimento das empresas, Coleção e+cadernos do Observatório do QREN, Observatório do QREN.
- Mandl, U.; Dierx, A. & Ilzkovitz, F. (2008), "The effectiveness and efficiency of public spending", Economic Paper n.º 301, European Commission, Directorate-General for Economic and Financial Affairs, Brussels, Belgium.
- Meyer, J. W. & Rowan, B. (1977), Institutionalized Organizations: Formal Structure as Myth and Ceremony. *American Journal of Sociology*. 83, pp. 340-363.
- Neto, P.; Santos, A. & Serrano, M. M. (2014), "Public policies supporting local networks for entrepreneurship and innovation. Effectiveness and added value analysis of Leader program in the Alentejo region of Portugal", *International Journal of Entrepreneurship and Small Business*, 21 (3), pp. 406-435.
- Pfeffer, J. & Salancik, G. R. (1978), *The External Control of Organizations: A Resource Dependence Perspective*. New York: Harper and Row.
- Portal da empresa: <http://www.portaldaempresa.pt>
- Portal da justiça: <http://publicacoes.mj.pt>
- Portal das Finanças: <https://www.portaldasfinancas.gov.pt>

- Reimer, B. & Markey, S. (2008), *Place-based Policy: a rural perspective*, A Report to Human Resources and Social Development Canada. (Disponível em <[http://csrcresearch.org/files/csrcresearch\\_v2/ReimerMarkeyRuralPlaceBasedPolySummaryPaper20081107.pdf](http://csrcresearch.org/files/csrcresearch_v2/ReimerMarkeyRuralPlaceBasedPolySummaryPaper20081107.pdf)>, acessado a 2 de junho de 2013.)
- Romanelli, E. (1989), “Environments and strategies at start-up: Effects on early survival”. *Administrative Science Quarterly*, 34, pp. 369-387.
- Santarelli, E. (1998), “Start-up size and post-entry performance: the case of tourism services in Italy”. *Applied Economics*, 30, pp. 157-163.
- Santos, A. (2012), “Análise dos efeitos do Programa de Iniciativa Comunitária Leader na região Alentejo, entre 1991 e 2006”, dissertação de mestrado em Economia, Évora, Universidade de Évora.
- Santos, A.; Serrano, M. M. & Neto, P. (2013), “Análise da Eficácia, Eficiência e Valor Acrescentado de Políticas Públicas *place-based* – Uma aplicação a territórios rurais”, in *Atas/Proceedings do Encontro Científico Internacional ESADR 2013*, pp. 4303-4322.
- Santos, A.; Serrano, M. M. & Neto, P. (2015), “Análise da eficácia, eficiência e valor acrescentado de políticas públicas *place-based* – uma aplicação a territórios rurais”. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Vol. 53, Supl. 1, pp. S033-S048.
- Sapru, R. K. (2011), *Public Policy: Art and Craft of Policy Analysis*, Second Edition, Eastern Economy Edition, PHI Learning Private, Limited, New Delhi, India.
- Serrano, M. M. (2012), “Perspetivas Teóricas sobre a Relação das Organizações com o Meio Ambiente”, *SOCIUS - Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, Working Papers*, n.º 2/2012.
- Serrano, M. M.; Neto, P. & Santos, A. (2015), “Eficácia, Eficiência e Mortalidade Empresarial”. In *Proceedings 1st International Meeting of Industrial Sociology, Sociology of Organizations and Work under the theme Work, Social Change and Economic Dynamics: Challenges for Contemporary Societies*, pp. 136-148.
- Serrano, M. M.; Santos, A. & Neto, P. (2014), “Análise da Mortalidade das Empresas Apoiadas por Políticas Públicas. O Caso do Programa Leader+”, em *Atas/Proceedings do 20th APDR Congress – Renaissance of the Regions of Southern Europe*, Évora, Universidade de Évora, 10 e 11 de julho: 131-141.
- Sharma, A. & Kesner, I. (1996), “Diversifying entry: Some ex ante explanations for post-entry survival”. *Academic and Management Journal*, 39, pp. 635-677.
- Smida, A. & Khelil, N. (2010), “Repenser l'échec entrepreneurial des petites entreprises émergentes”, *Revue internationale P.M.E.*, 23(2), pp. 65-106.
- Vollet, D. & Hadjab F. (2008). *Manuel de l'évaluation des politiques publiques*, Versalhes, Editions Quae.
- Williamson, O. E. (1981), “The Economics of Organization: The Transaction Cost Approach”, *American Journal of Sociology*, 87 (3), pp. 548-577.

Maria Manuel Serrano, Professora Auxiliar na Universidade de Évora - Departamento de Sociologia, Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações (SOCIUS-CSG/ISEG-UL) e Unidade de Monitorização de Políticas Públicas da Universidade de Évora (UMPP), [mariaserrano@uevora.pt](mailto:mariaserrano@uevora.pt)

Paulo Neto, Professor Auxiliar com Agregação na Universidade de Évora - Departamento de Economia, Centro de Estudos e Formação Avançada em Gestão e Economia (CEFAGE-UE), Centro de Investigação sobre o Espaço e Organizações (CIEO-UALG) e Unidade de Monitorização de Políticas Públicas da Universidade de Évora (UMPP), [neto@uevora.pt](mailto:neto@uevora.pt)

Anabela Santos, Doutoranda na Université Libre de Bruxelles - Solvay Brussels School of Economics and Management e Investigadora no International Centre for Innovation, Technology and Education Studies (iCite), [asantos@ulb.ac.be](mailto:asantos@ulb.ac.be)